

Norma-padrão e gramática normativa

No plano da gramática, o que aconteceu com a língua nesse processo de padronização e de relatinização? Diante dos fenômenos de variação, os gramáticos e literatos optaram sempre pela variante que mais se assemelhasse, na forma ou na função, às descrições da **gramática latina**. Para você ter uma idéia do que estamos dizendo, observe os exemplos abaixo todos extraídos de obras escritas pelo historiador português Fernão Lopes no século XIV (fase arcaica da língua)

- "El-rei, sabendo isto, houve mui grande pezar, e deitou-o logo fora de sua mercê, e degradou elle e os filhos a dez leguas de onde que elle fosse".
- "Deu os bens d'alguns aaquelles que lh'os pediam, os quaes se houveram por mui agravados, dizendo que culpava êlles, porque se davam tão azinha, não se podendo mais defender, aos inimigos".
- "Rogando-lhe elRei por suas cartas ao cardeal, que absolvesse elle e seu reino d'algum caso d'excomunhão ou interdicto".
- "Os cardeaes, outro~sim, privaram elle d'algum direito, se o no papado tinha".
- "Traziam quatro honrados senhores um panno d'ouro tendido em haste, que cobria elle e o cavalo".

Em todos esses exemplos, encontramos o uso do pronome ELE como objeto direto, exatamente como ocorre no português brasileiro de hoje. Depois o processo de padronização da língua, esse uso passou a ser visto como "erro como impropriedade a ser evitada pelos falantes "cultos". Como explicar isso? Observe que, no primeiro exemplo acima, encontramos o pronome ELE como objeto direto, mas também o pronome oblíquo o, com a mesma função: "deitou-o logo fora de sua mercê, e degradou elle e os filhos". A variação no uso dos pronomes era, então, sentida como natural, nada problemática.

No processo de relatinização da língua e de padronização da gramática, o pronome ELE ficou reservado para a função de sujeito, enquanto o pronome "o" ficou sendo a única opção possível para a função de objeto direto. É que os gramáticos (querendo mostrar que a língua deles era tão "perfeita" e "precisa" quanto o venerado latim) tentaram reproduzir no português o quadro das declinações, tão característico da língua latina. Como a gente sabe, em latim (em grego, em russo e em outras línguas), as palavras assumem formas diferentes de acordo com a função sintática que exercem (é o que se chama de "caso sintático"). Em português, isso desapareceu: a palavra CASA, por exemplo, fica inalterada em sua forma, seja qual for sua função sintática: A CASA CAIU (sujeito), COMPREI A CASA (objeto direto), NÃO DEU VALOR À CASA (objeto indireto) etc. O único vestígio das declinações latinas que temos em português está nos pronomes pessoais, que modificam sua forma de acordo com a função sintática: EU GOSTO DE MARIA (sujeito), MARIA ME AMA (objeto direto), MARIA TROUXE UM PRESENTE PARA MIM (objeto indireto) etc. Diante disso, parecia inadmissível deixar a forma ELE exercer duas funções, a de sujeito e a de objeto.

Outro efeito da relatinização do português no período renascentista foi a chamada **recondução** de diversas palavras a uma forma mais próxima do étimo latino. Muitos vocábulos, depois de passar pelos processos de mudança regulares do português, tinham ficado muito diferentes do termo latino do qual se originavam. Considerando isso um "problema", e sempre desejosos de aproximar sua língua o máximo possível do latim, os gramáticos e literatos da época impuseram novas formas para substituir as formas tradicionais na língua, que vinham sendo usadas desde os primórdios do idioma:

Forma tradicional	FORMA RELATINIZADA
avondaça	abundância
coa	cauda
esmar	estimar
frol	flor
goivo	gáudio
fremoso	formoso
letradura	literatura
marteiro	martírio
obridar	olvidar
chantar	plantar
seenço	silêncio

O processo de constituição da norma-padrão clássica do português representou, portanto, ao mesmo tempo, a **seleção** de algumas variantes **exclusão** de todas as demais formas alternativas de se dizer a mesma (sa. Isso não quer dizer, porém, que as formas excluídas deixaram de ser usadas, e a prova mais clara disso é que até hoje nós (e os falantes africanos portugueses) usamos ELE como objeto direto o tempo todo, sem nenhum problema. Isso porque a norma-padrão, quando muito, só consegue *refrear* algum tempo os processos de mudança, mas nunca impedir que, com o tempo ocorram essas transformações, por meio das quais novas formas linguísticas vão surgindo na língua e substituindo as formas antigas.

Um abismo entre variação e norma-padrão

Por causa dessa incapacidade da norma-padrão de conter a variação e pedir a mudança é que, com o passar do tempo, vai se abrindo uma distância muito grande entre os usos linguísticos reais e as formas normatizadas, padronizadas, eleitas como modelares. No caso brasileiro, essa distância pode parecer um verdadeiro **abismo**, porque a nossa tradição gramatical se inspira em grande parte em determinados usos (literários, antigos, lisboetas) **português de Portugal** e despreza ou condena as variantes mais frequentemente empregadas pelos brasileiros, incluídos aí os falantes de alto grau de escolarização e membros das classes privilegiadas. Surge então o estranho sentimento que a maioria dos brasileiros tem de que "brasileiro fala mal o português" ou de que "português é muito difícil".

Um exemplo muito conhecido desse desconforto em relação à norma-padrão é a tão debatida **colocação pronominal**. Quando comparamos as prescrições da gramática normativa com os usos reais da maioria dos brasileiros (inclusive nas manifestações escritas mais monitoradas), verificamos uma

situação espantosa. De um lado, os gramáticos se esforçam em definir uma série de regras e sub-regras para a colocação dos pronomes oblíquos, valendo-se inclusive de noções pouco consistentes como a da suposta "atração" que umas palavras exercem sobre as outras. Do outro lado, os usos reais língua pelos brasileiros demonstram que só existe uma regra de colocação pronominal em vigor entre nós: a da **próclise ao verbo principal**. É isso que nos leva a iniciar frases com pronome oblíquo, apesar desse uso ser veementemente condenado pelos normativistas, e a nunca fazer uso da mesóclise na língua falada ("dar-te-ei", "ver-nos-emos", "agradecer-lhe-ia"), um tipo de colocação pronominal que soa absolutamente estranho (senão ridículo) para os ouvidos brasileiros. As regras normatizadas de colocação pronominal tentam impor artificialmente aos brasileiros um uso da língua que é natural e fácil para os portugueses, porque corresponde às tendências fonológicas da língua deles, que tem uma gramática diferente da nossa.

Por fim, é preciso chamar a atenção para um fato importante. Embora seja comum encontrar na literatura especializada, as expressões *variedade-padrão*, *dialeto-padrão* e *língua-padrão*, temos de reconhecer que elas não são adequadas. Para usar os termos "variedade", "dialeto" ou "língua", é necessário que exista um conjunto de **pessoas que realmente falem** essa variedade, esse dialeto, essa língua. Ora, ninguém fala, efetivamente, o padrão, nem mesmo as pessoas altamente escolarizadas em situações de interação verbal extremamente formais. É inevitável que os usos mais espontâneos, mais conformes à intuição linguística do falante, venham à tona. Como o próprio nome *padrão* indica, trata-se de um modelo de língua, de uma construção artificial, baseada em algumas variedades regionais de prestígio, é verdade, mas inspirada também, e em grande proporção, em outras fontes, muito distantes da realidade cotidiana dos falantes, como a escrita literária mais consagrada e a gramática latina. Por isso consideramos mais adequado usar o termo **norma-padrão**.

Norma-padrão: muito além da língua

De tudo o que foi exposto acima, é fácil deduzir que a constituição da norma-padrão não é um fenômeno exclusivamente lingüístico. Como **produto sociocultural**, vinculado à esfera **política**, transformado em **instrumento poder**, de coerção e, no período colonial, de submissão dos povos conquistados em outros continentes, a norma-padrão é um fenômeno marcado historicamente por uma **ideologia** excludente e repressora. Na história da formação da norma-padrão das grandes línguas européias, sempre esteve presente forte autoritarismo, um espírito eminentemente elitista e oligárquico, de exclusão da maioria e de inclusão de uma minoria muito restrita. Como assina Rodolfo Ilari e Renato Basso, "é inegável que a gramática [normativa] sempre esteve sintonizada com a língua da classe mais culta e mais abastada (não existe, historicamente, uma 'gramática da língua dos pobres')".

A primeira gramática normativa importante da Europa moderna foi a do espanhol Antonio de Nebrija publicada em 1492, no mesmo ano, portanto do "descobrimento" da América (invasão da América, melhor dizendo, uma vez que no continente viviam milhões de seres humanos que aqui estavam milhares de anos antes da chegada dos europeus). Nessa *Gramática da língua castelhana*, autor, no prefácio dedicado à rainha Isabel de Castela, diz explicitamente: "Sempre a língua foi *companheira do império*". E acrescenta, ainda mais explicitamente: "Depois de Vossa Alteza meter debaixo de seu jugo muitos povos bárbaros e nações de peregrinas línguas com a vitória, aqueles tinham necessidade de receber as leis que o vencedor põe ao vencido, e com elas nossa língua".

A imposição da língua do vencedor sempre esteve presente no projeto colonial das potências

européias. Palavras que repetem as de Nebrija se encontram no documento' chamado *Diretório dos índios*, de 1757, em que o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, proibia o ensino, no Brasil, de qualquer língua que não fosse a portuguesa:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável que este é um dos meios mais eficazes :a. desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência que ao mesmo passo que se introduz neles o da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe.

Por isso, a reação dos cientistas da linguagem à norma-padrão tem sido principalmente de crítica e de denúncia desse caráter assumida mente racista, autoritário, excludente e repressor que presidiu a criação do modelo ideal de "língua certa" nas sociedades ocidentais. A norma-padrão e seu instrumento .de divulgação mais prestigiado - a gramática normativa - são, antes de tudo, portadores de um **discurso** onde o que sobressai, muito mais do que a análise de língua ou mesmo do que a prescrição de formas "corretas" de uso da língua, é a tentativa de **selecionar para excluir**: não de selecionar umas formas lingüísticas para excluir outras, mas sim de **selecionar determinados cidadãos** e excluir a grande maioria dos outros, lançados no submundo do "falar errado", do "não saber pensar direito" e, conseqüentemente, do não-poder falar, o que muitas vezes é o mesmo que não-poder-ser.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso*. São Paulo: Parábola , 2008, pág. 92-97.